



Simulado de Legislação Penal Extravagante – Lei 9.605/98: Crimes Ambientais
(CESPE/PGM - Campo Grande - MS/2019)

01) Acerca de tutela processual do meio ambiente, de crimes ambientais e de espaços territoriais especialmente protegidos, julgue o item que se segue.

Os crimes ambientais não podem ser caracterizados por atos omissivos.

Comentário:

Lei 9.605/98. Art. 2º Quem, de **qualquer forma, concorre** para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua **culpabilidade**, bem como o **diretor**, o **administrador**, o **membro de conselho** e de **órgão técnico**, o **auditor**, o **gerente**, o **preposto ou mandatário de pessoa jurídica**, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, **deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la (Omissão)**.

Crimes Ambientais – Características Básicas

A Lei de crimes ambientais pode:

- Ter crimes **comissivos** ou **omissivos**;
- Ocorrer na modalidade **dolosa** ou **culposa**;
- Ser aplicada a **pessoas físicas e jurídicas**;
- Englobar as esferas **civis, administrativas e penais**.

Gabarito: Errado.

(CESPE/MPE-CE/2020)

02) À luz da Lei de Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605/1998), julgue o item seguinte.

A situação econômica do infrator de crime ambiental deverá ser observada pela autoridade competente na gradação da penalidade de multa.

Comentário:

Imposição e Gradação da Pena

Lei 9.605/98. Art. 6º Para **imposição e gradação** da penalidade, a **autoridade competente** observará:

- I - a **gravidade** do fato, tendo em vista os **motivos** da infração e suas **consequências** para a **saúde pública** e para o **meio ambiente**;
- II - os **antecedentes** do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse **ambiental**;
- III - a **situação econômica** do infrator, **no caso de multa**.

Gabarito: Correto.

(ADM&TEC/Prefeitura de Teotônio Vilela - AL/2019)

03) Ter o agente cometido a infração, atingindo áreas de unidades de conservação ou áreas sujeitas, por ato do Poder Público, a regime especial de uso, é uma circunstância que atenua a pena, quando não constitui ou qualifica o crime ambiental.

Comentário:

Lei 9.605/98. Art. 15. São circunstâncias que **agravam** a pena, **quando não constituem ou qualificam o crime**:

II - ter o agente **cometido a infração**:

e) atingindo áreas de **unidades de conservação** ou **áreas sujeitas**, por ato do **Poder Público**, a **regime especial de uso**;

Gabarito: Errado.

(NC-UFPR/TJ-PR/2019)

04) De acordo com a Lei nº 9.605/98, em relação aos crimes ambientais, é incabível a suspensão condicional da pena.

Comentário:

Lei 9.605/98. Art. 16. Nos crimes previstos nesta Lei, a **suspensão condicional** da pena pode ser aplicada nos casos de **condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos**.

Gabarito: Errado.

(CESPE/SLU-DF/2019)

05) Determinada indústria lançou em um riacho resíduos sólidos que afetam a saúde humana. Apesar de a perícia ter atestado a presença de fenol, ferro e manganês no riacho, que expõem a saúde humana a perigo,



não existem provas de que essa água seria destinada ao consumo de pessoas. Houve, contudo, a destruição de parte das nascentes do riacho pela ação da indústria.

Considerando a situação hipotética precedente, julgue o item a seguir.

Por ser uma pessoa jurídica, a indústria poderá ser condenada à pena restritiva de direito de suspensão parcial ou total de suas atividades.

Comentário:

Crimes Ambientais – Penas Restritivas de Direito à Pessoa Jurídica – Art. 22. Lei 9.605/98	
As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica são:	
I - suspensão parcial ou total de atividades ;	
II - interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade ;	
III - proibição de contratar com o Poder Público , bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações .	
Proibição de contratar com o Poder Público	A proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações não poderá exceder o prazo de dez anos .
Interdição Temporária de estabelecimento, obra ou atividade	Aplicada quando o estabelecimento, obra ou atividade estiver funcionando sem a devida autorização, ou em desacordo com a concedida, ou com violação de disposição legal ou regulamentar .
Suspensão Parcial ou Total de Atividades	Aplicada quando estas não estiverem obedecendo às disposições legais ou regulamentares, relativas à proteção do meio ambiente .

Gabarito: Correto.

(CESPE/PC-MA/2018)

06) Em regra, em se tratando de crimes ambientais de menor potencial ofensivo, é possível a transação penal sem a prévia composição do dano ambiental.

Comentário:

Em regra, em se tratando de crimes ambientais de menor potencial ofensivo, é possível a transação penal desde que **tenha havido** a prévia composição do dano ambiental, **salvo em caso de comprovada impossibilidade**.

Lei 9.605/98. Art. 27. Nos crimes ambientais de **menor potencial ofensivo**, a **proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa**, prevista no art. 76 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, **somente** poderá ser **formulada** desde que tenha havido a **prévia composição do dano ambiental**, de que trata o art. 74 da mesma lei, **salvo em caso de comprovada impossibilidade**.

Transação Penal e Suspensão Condicional do Processo

Nos crimes ambientais de **menor potencial ofensivo** é possível a formulação da **transação penal e suspensão condicional do processo**, desde que exista **prévia composição do dano ambiental**, **salvo em caso de comprovada impossibilidade**.

Gabarito: Errado.

(VUNESP/PGE-SP/2018)

07) A introdução de espécie animal exótica no Brasil, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente pode configurar infração administrativa ambiental, entretanto não se amolda aos tipos penais previstos na Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais).

Comentário:

Crime por Introdução de Espécie Animal no País

Lei 9.605/98. Art. 31. **Introduzir** espécime animal no País, **sem parecer técnico** oficial favorável e licença expedida por autoridade competente:

Pena - **detenção**, de **três meses a um ano**, e multa.

É admissível **tentativa**.

Gabarito: Errado.

(CESPE/PF/2018)

08) No item que segue, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base em disposições das Leis n.os 9.605/1998, 11.343/2006 e 13.445/2017.



Em operação da Polícia Federal, um cidadão foi flagrado tentando pescar em local interdito por órgão federal. O pescador argumentou que, apesar da tentativa, não obteve êxito na pesca. Nessa situação, mesmo sem o sucesso pretendido, o pescador responderá por crime previsto na lei que tipifica os crimes ambientais.

Comentário:

Crime por Pesca em Período Proibido ou em Locais Interditados

Lei 9.605/98. Art. 34. **Pescar** em período no qual a pesca seja **proibida** ou em **lugares interditos** por órgão competente:

Pena - **detenção** de **um ano a três anos** ou multa, ou **ambas as penas** cumulativamente.

- Consiste em um delito **abstrato**, **não sendo exigível a prova de dano**;
- É considerado um crime **formal**, sem precisar de resultado naturalístico;
- Basta a **tentativa** para ser caracterizado o crime.

Pesca - Conceito

Lei 9.605/98. Art. 36. Para os efeitos desta Lei, considera-se **pescar** todo **ato tendente** a retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos **peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidróbios**, suscetíveis ou não de aproveitamento econômico, **ressalvadas as espécies ameaçadas de extinção, constantes nas listas oficiais da fauna e da flora**.

Gabarito: Correto.

(CESPE/PGM - Campo Grande - MS/2019)

09) Acerca de tutela processual do meio ambiente, de crimes ambientais e de espaços territoriais especialmente protegidos, julgue o item que se segue.

Situação hipotética: Portando uma arma de fogo, mas sem licença de autoridade ambiental competente, João penetrou em uma unidade de conservação.

Assertiva: Ainda que não abata nenhum animal nem mesmo tente fazê-lo na referida unidade de conservação, João cometeu um crime ambiental.

Comentário:

A simples penetração em unidade de conservação sem autorização tipificou o crime ambiental.

Lei 9.605/98. Art. 52. **Penetrar** em **Unidades de Conservação** conduzindo **substâncias ou instrumentos** próprios para **caça** ou para **exploração de produtos** ou **subprodutos florestais**, **sem licença** da autoridade competente:

Pena - **detenção**, de **seis meses a um ano**, e multa.

Gabarito: Correto.

(IESES/SCGás/2019)

10) De acordo com o estabelecido na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (crimes contra o meio ambiente), constitui crime causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora. Este tipo penal admite apenas a forma dolosa.

Comentário:

Crime de Poluição

Lei 9.605/98. Art. 54. Causar **poluição de qualquer natureza** em níveis tais que resultem ou possam resultar em **danos à saúde humana**, ou que provoquem a **mortandade de animais** ou a **destruição significativa da flora**:

Pena - **reclusão**, de **um a quatro anos**, e multa.

É **cabível** a modalidade **culposa**: Pena - **detenção**, de **seis meses a um ano**, e multa.

Gabarito: Errado.